A III Invasão Francesa a Portugal vista pelo Intendente Pierre Lagarde

Professor
António Pires Ventura

As diversas intervenções francesas em Portugal, entre 1807 e 1812, tiveram os seus protagonistas de primeiro plano: Junot, Soult, Massena, Ney, Marmont. E também outros como Loison, Kelermann, Avril, Marasin, Foy, Delaborde, Margaron… Mas esses nomes mais sonantes e sobre os quais existe abundante bibliografia, obnubilam, por vezes, outros actores que, por não terem alcançado a notoriedade daqueles oficiais generais, tem sido injustamente menosprezados.

O Império Napoleónico foi uma realidade muito complexa a vários níveis. Tendo como núcleo central a França, substancialmente engrandecida com sucessivas anexações garantidas pelas vitórias obtidas desde os tempos da República, em 1793, era também constituído pelos Estados vassalos ou satélites e pelos aliados voluntários ou coagidos, embora estes mudassem frequentemente de campo ao sabor das correlações de forças.

O recurso ao poder militar foi, indiscutivelmente, um elemento decisivo na construção da Europa napoleónica. Os exércitos franceses e seus aliados, derrotando ou ameaçando, tiveram um papel de enorme relevo, através de pressões e ou de aliciamentos que levaram à celebração de tratados e de pactos favoráveis à França. Nesse contexto, o desempenho dos marechais e dos generais foi determinante. Napoleão teve às suas ordens uma plêiade de chefes militares notáveis, que muito contribuíram para a edificação do seu projecto expansionista, embora também fossem frequentes os desaguisados e as quedas em desgraça. Mas, para além dessa falange de chefes castrenses, não podemos esquecer o contributo de outros dedicados servidores da França e do Imperador. Uns eram militares com funções políticas - veja-se no nosso caso Junot e Lannes, embaixadores em Portugal - mas outros eram civis, contribuído todos eles, de forma decisiva, para a implantação e a consolidação do modelo napoleónico.

Embaixadores, cônsules, auditores do Conselho de Estado e intendentes criaram redes de informadores e colaboradores, procediam à recolha de informações, forneciam avaliações e sugestões vitais para quem não estava no terreno. Nas regiões que ficavam

directamente sob controlo francês, havia que organizar o aparelho de estado com recurso a funcionários de confiança, franceses ou locais que com eles estivessem em sintonia, nomeadamente nas funções tão importantes como as policiais. Veja-se como exemplos paradigmáticos o que ocorreu em Amesterdão com Devilliers du Terrage, director-geral da Polícia, com François Louis Esprit Dubois, comissário-geral da Polícia em Florença, com Brun d'Aubignosc, com idênticas funções em Hamburgo, e com o conde de La Forest, embaixador em Espanha. Esses funcionários elaboravam relatórios minuciosos e regulares que enviavam tanto a Napoleão, pessoalmente, como aos seus ministros, nos quais abordavam aquilo que podemos hoje classificar de situação político-militar, uma vez que contemplavam não apenas as questões de segurança mas também económicas, sociais e outras, sem esquecer a apreciação pessoas das personalidades em destaque no país, conflitos e rivalidades, características pessoais…

Foi o que sucedeu quando Napoleão decidiu intervir em Portugal. Na sua correspondência, o Imperador recomendava dois funcionários civis para colaborarem com Junot. Numa carta àquele general, datada de Fontainebleau, a 12 de Novembro de 1807, determinava: «(…). Le sieur Herman doit être administrateur général des finances du pays; je donne ordre au ministre du trésor public de vous envoyer un receveur général, qui sera sous ses ordres»[1]. De facto, a 1 de **Dezembro de 1807,** François Antoine Herman, cônsul francês em Lisboa, encarregado de negócios da França em Portugal desde o abandono da embaixada por Junot, em 1805, era nomeado Comissário do Governo Francês junto do Conselho do Reino de Portugal, e, dois dias depois, presidente do Real Erário, com o título de administrador-geral das Finanças[2]. O seu percurso biográfico é curioso. Natural de Sélestat, onde nascera a 30 de Março de 1758, morreu em Paris, em 29 de Setembro de 1837. Foi agente comercial em Londres entre 1789 e 1792. Nomeado conselheiro de Estado por Luís XVIII em 1789, regressou a França em 1800 e serviu Napoleão como primeiro secretário da legação francesa em Madrid (1801) e depois como cônsul em Lisboa desde Abril de 1806. Caiu em desgraça em 1810 e foi enviado para a Prússia como comissário (Dezembro de 1811). Recusou ser cônsul em Königsberg em 1813 e passou-se para os Bourbons, terminando a sua carreira como director dos Assuntos Políticos no ministério dos Negócios Estrangeiros[3].

O segundo funcionário era recomendado numa carta de 7 de Janeiro de 1808 para Fouché, Ministro da Polícia: «Expédiez le sieur Lagarde en Portugal au général Junot. Il lui sera utile pour la police»[4].

António Ferrão chama-lhe general[5], certamente por lapso, uma vez que Lagarde não era militar, embora tenha existido um general com o mesmo apelido, o barão Henri Lacques Martin Lagarde, (1770 - 1822)[6].

Para além de Herman e de Lagarde, estiveram em Portugal durante a I Invasão outros funcionários com um destacado papel na máquina administrativa e política francesa: Vienez-Vaublanc, Secretário-geral do Conselho do Governo; Félix Berthelot, Recebedor-geral das Contribuições e Rendas de Portugal; Loyé, Inspector-geral dos Domínios da Coroa e Infantado e Inspector-geral das Matas; Guichard, Inspector-geral das Alfândegas;

Pepin de Belliste, Corregedor-mor da Província da Estremadura; Taboureau, Auditor do Conselho de Estado, Corregedor-mor da província de Entre-Douro e Minho, que será detido no Porto pelo general Ballesta; Lafond, Auditor do Conselho de Estado, Corregedor-mor da Província do Alentejo. E ainda o caso curioso de Jean Baptiste Joseph Millié (1772 - 1826), antigo professor de humanidades no colégio de Juilly, foi enviado a Portugal pelo duque de Gaëte, ministro das Finanças de Napoleão, e desempenhou as funções de Inspector-geral das Contribuições. No entanto, salvou diversas alfaias religiosas das igrejas de Lisboa de serem derretidas, conforme a ordem de Junot[7]. Bom conhecedor da língua portuguesa, Millié publicou em Paris, em 1816, uma tradução de *Os Lusíadas*, dedicada a D. José Maria de Sousa Botelho, morgado de Mateus.

Mas centremo-nos em Pierre Lagarde.

Pierre François Marie Lagarde nasceu em Paimpol em 1768, filho de um membro do Parlamento local, Florentin Jacques Denis. Estudou nos colégios de Lisieux, e de Louis le Grand, em Paris, do qual foi professor em 1790. Depois do encerramento daquela última escola foi funcionário do ministério da Marinha, passando após o golpe de Estado de 9 do Termidor, que derrubou Robespierre, para o ministério dos Negócios Estrangeiros. Recusou um lugar na legação de Florença e teve uma vida agitada durante o Directório, mergulhando num certo anonimato. Após o 18 de Brumário, que levou Bonaparte ao poder, foi jornalista e estudou direito marítimo e comercial. Napoleão encarregou-o então de organizar a gendarmaria, que dirigiu durante três anos, ao mesmo tempo que foi chefe da divisão do Livro e da Imprensa, subordinada desde 1804 ao ministério da Polícia. Em 1805 foi enviado a Milão, junto do príncipe Eugénio de Beauharnais, para organizar a polícia na Lombardia; no ano seguinte era director-geral da polícia. Cumpriu estas missões com total agrado do príncipe Eugénio, apesar da antipatia de Fouché, que não o esconde nas suas memórias, acusando-o de ter conspirado contra ele[8]. Quando Veneza foi integrada no reino de Itália, Lagarde dirigiu a polícia de Veneza e do Adriático[9] - Chateaubriand recorda, nas suas memórias[10], o encontro que teve com ele em Veneza em 1806 - mas foi demitido no verão de 1807 em virtude das intrigas urdidas pela mulher com quem coabitava, madame Dervieux, regressando em seguida a França.

Por determinação pessoal do Imperador, Lagarde foi enviado para Portugal durante a I Invasão e nomeado por Junot para o cargo de Intendente Geral da Polícia, por decreto de 25 de Março de 1808, com «funções independentes das diferentes secretarias de Estado (...); ele trabalhará directamente com o general em Chefe»[11]. Lagarde instalou-se no palácio da Inquisição, ao Rossio Até essa data tinha permanecido no cargo Lucas de Seabra da Silva, que desempenhava aquelas funções quando os franceses entraram em Lisboa, em Novembro de 1807 e que, curiosamente, retomará o seu posto após a saída os invasores meses mais tarde, dando razão à observação atribuída a Fouché e a Balzac de que os regimes passam, as sociedades desaparecem mas a polícia permanece...

Junot nomeou Lagarde conselheiro do governo, por decreto de 16 de Abril, com direito a assistir às sessões do mesmo Conselho[12]. A 26 de Março surgia o primeiro dos 24 relatórios - publicados em 1923 por António Ferrão - que Lagarde dirigiu ao duque de

Abrantes, sendo o último datado de 12 de Julho. Tudo indica que se trata de um conjunto incompleto, uma vez que os franceses só serão expulsos de Lisboa a 15 de Setembro de 1808. O Intendente foi também responsável pela edição da *Gazeta de Lisboa*, que sofreu uma metamorfose exterior e interior. As armas portuguesas desapareceram do cabeçalho, sendo substituídas depois de alguns números pelas armas francesas, e o seu conteúdo também mudou, passando a fazer coro com as publicações que, em toda a Europa, integravam o coro dirigido por *le Moniteur*, entoando loas a Napoleão e apregoando as mais fantásticas e positivas notícias sobre a sorte das suas armas. Não entraremos em pormenores sobre a acção de Lagarde enquanto Intendente Geral da Polícia. José Acúrcio das Neves já fez, na época, uma excelente ainda que apaixonada apreciação do diligente funcionário, reconhecendo o empenho posto no cumprimento das determinações do seu soberano e em servir os seus interesses: «Não direi que Lagarde fazia entaipar homens vivos, assassinar outros debaixo de grandes pesos de chumbo e cometia outras atrocidades semelhantes»[13]. Em Lisboa, Lagarde tomou as primeiras providência a 7 de Abril, dirigidas aos corregedores e juízes do crime de Lisboa, mandando elaborar mapas das pessoas domiciliadas na cidade que se tinham ausentado, para efeito de sequestro dos seus bens, convidando a população a entregar os pasquins e outros papéis subversivos que fossem distribuídos e a denunciar os seus autores ou quem propalasse boatos destabilizadores, bem como os que mantivessem contactos com a esquadra inglesa do almirante Cotton, que se encontrava ao largo. José Acúrcio das Neves sublinhava que o ntendente «era o braço direito de Junot estabelecendo por base das suas operações a mais terrível espionagem, de mãos dadas com os corregedores-mores, para ser um dos mais valentes corifeus do governo intruso, como na verdade foi até ao momento da sua expulsão»[14]. Lagarde despachou para o Porto o subintendente Perron, como seu delgado. Outro colaborador próximo foi o futuro escritor Carion-de-Nisas, que redigiu numerosos artigos para a *Gazeta* e assistiu a sessões da Academia das Ciências, tal como sucedeu com o naturalista Geoffroy-Saint-Hilaire, quando da sua estada em Lisboa[15]. Um terceiro elemento, de menor projecção foi o comerciante francês Timothé Lecussant Verdier, natural de Lisboa, encarregado de acções de propaganda pelo governo francês e que em Portugal divulgou a necessidade de uma constituição semelhante à de Varsóvia, acabando por ser detido em Julho de 1808 por ordem de Junot.

Por edital de 9 de Abril, Lagarde proibia a existência de cães vadios na cidade, verdadeiro flagelo, ordenando o seu abate bem como dos gatos em dono, interditando igualmente o vagueamento pelas ruas de bois, vacas e cabras sem campainha e o transporte daqueles animais, para o fornecimento de leite, depois das 11 horas, sob pena de apreensão em caso de transgressão. A 11 de Abril foi proibida a venda de chaves sem fechaduras fora das lojas dos serralheiros[16]. José Acúrcio das Neves até via alguma utilidade em tais medidas, se bem que com uma dimensão exagerada. O barão Thiébault, na sua *Relation de l'Expedition du Portugal*, elogia o papel de Lagarde em Lisboa, e destaca três medidas por ele tomadas com grande impacto na cidade: o combate aos cães vadios que pululavam em Lisboa, cidade que ele hesitava em comparar ao Cairo quanto ao elevadíssimo número desses animais, a limpeza das vias públicas, trabalho que o barão considerava mais hercúleo que a limpeza dos estábulos de Augias, uma vez que a capital portuguesa era conhecida tristemente pela sujidade que imperava nas ruas, e

também a sua repavimentação que decorreu rapidamente[17].

A 22 de Junho, Lagarde proibia que se acendessem fogueiras e se utilizassem fogo-de-artifício nas festividades nas Ruas de S. Pedro, S. João, S. Marçal e outras, bem como o encerramento de tabernas, lojas de bebidas, baiucas etc. nas vésperas dos dias festivos.

Por tudo isto, Pierre Lagarde - o «Intendente Lagarto» como o povo se referia a ele - tal como chamava *Esguichar* a Guichard e *Pepino* a Pepin de Belliste - foi alvo de críticas e de ataques na imprensa panfletária portuguesa. O poeta José Daniel Rodrigues da Costa clamava:

«Esse que teve em Lisboa
De Intendente a graduação,
Tinha toda a negação
Para fazer coisa boa:
Era muito má pessoa,
E bem se viu no que fez:
Só de sinais tinha três,
Com que a gente se zangou,
Sempre o maldito mostrou
Ser ímpio, calvo e Francês[18]».

Luís de Sequeira Oliva Sousa Cabral, no folheto *Diálogo entre as principais Personagens francesas no Banquete a bordo da Amável* (1808), não esquecia Lagarde: «Que fúnebres ideias nos recorda este nome! Voltemos a medalha e esqueçamo-nos dos horrores. Este miserável calvo eterno redactor de gazetas, era tão fraco compositor, que mentia calvamente e sem rebuço. Tinha um secretário coxo»[19]. Xavier Ferreira Taborda apoda-o de «vil Lagarde, diabólico Intendente»[20]. Os exemplos são numerosos. Até surgiu uma publicação periódica em Lisboa, a 21 e Novembro de 1808, com o título de *Lagarde Português*, que saiu até 31 e Dezembro, regressando a 19 de Dezembro com o título de *Telégrafo Português*, continuando até 31 e Dezembro de 1814. A perseguição aos canídeos suscitou o folheto *O Cão do Cego que fugiu para a Esquadra Inglesa com medo de Lagarde* (1808) a *Representação dirigida ao ex-Intendente Lagarde feita pelo Podengo, letrado, que os cães nomearam para obterem contramando à pena geral de morte que tiveram* (1808), para além da *Carta escrita ao grande Mr. Lagarde ex-Intendente geral da Polícia do Reino de Portugal* (1808) e do tardio *Espírito de Lagarde ou colecção de pedaços escolhidos* (1811).

Com a derrota dos franceses e a assinatura da Convenção de Sintra, Lagarde acompanhou os seus compatriotas na retirada para França. Na sua bagagem, os ingleses encontraram móveis e quadros pertencentes a nobres portugueses que tinham ido para o Brasil. Para França levou uma cruz com magníficas pedras preciosas e uma trintena de solitários[21]. Desconhece-se o que ocorreu entre os finais de 1808 e início do ano seguinte. Houve uma proposta para ocupar o cargo de comissário-general da polícia em Lyon e

contactos com o general Anne Jean Marie René Savary, duque de Rovigo, que conhecera em Itália e que será o futuro ministro da polícia. Entretanto, a situação evoluíra em Espanha, com a intervenção pessoal de Napoleão e o regresso do rei José a Madrid. A campanha do general Moore teve o seu epílogo na tragédia da Corunha, mas estas operações militares provocaram algumas alterações nos planos de Napoleão quanto a Portugal. Os corpos de Soult, Junot e Ney empenharam-se naquelas acções, recomendando o Imperador que, uma vez derrotados os ingleses, Soult devia entrar em Portugal, deixando Ney na Galiza, fixando os dias 1 e 10 de Fevereiro de 1809 para o Porto e Lisboa serem atingidos. Ao mesmo tempo, o marechal Victor devia ir para Mérida para dali ameaçar Lisboa, enquanto o general Lapisse ocuparia Salamanca e dali seguiria para Almeida por Ciudad Rodrigo. Dessa forma, a conquista de Lisboa estaria assegurada. Mas o mau estado das estradas e a deficiente logística tudo atrasou. Dos 40.000 homens com que Soult inicialmente contava, apenas 23.000 estavam operacionais. A 26 de Janeiro tomou Ferrol, mas teve que esperar por Ney, de quem não tinha notícias, antes de se aventurar a atravessar a fronteira. Havia que deixar a retaguarda segura, e na Galiza reinava a agitação, com frequentes acções dos guerrilheiros que cortavam comunicações e atacavam os contingentes franceses menos importantes. No dia 30, Soult pôs em movimento duas divisões. Uma, comandada pelo general barão de Franceschi, avançou pelo litoral sobre Vigo e Tui. A outra, sob o comando do general de Lahoussaye, dirigiu-se pelo interior para o Minho, onde chegou a 2 de Fevereiro e dispersou 6.000 homens comandados por La Romana. A 13 de Fevereiro, Soult tinha o seu exército disposto em Tui, Salvatierra e Vigo. Estava em marcha a II Invasão, mas Soult só chegou ao Porto a 29 de Março.

No âmbito desta nova arremetida contra Portugal, Lagarde era novamente nomeado Intendente Geral da Polícia de Portugal, a 22 de Fevereiro de 1809, recebendo ordens para seguir para Lisboa, onde se esperava que Soult chegasse dentro do tempo determinado. No início de Maio, Pierre Lagarde alcançou Madrid e irá permanecer na Península Ibérica durante dois anos, elaborando regularmente relatórios, num total de 67 enviados a Fouché - ministro da Polícia entre 10 de Abril de 1804 e 3 e Junho de 1810 - e 35 a Savary, duque de Rovigo, que substituiu Fouché no cargo a partir daquele última data. Nicole Gotteri publicou em 1991 esse acervo[22], ao qual faltam algumas dezenas de missivas cujo paradeiro se desconhece, mas que ainda assim se reveste de grande importância para compreendermos as opiniões de Lagarde quanto ao caso português. São relatórios minuciosos, onde o autor analisa a situação em Portugal e Espanha, avalia chefes militares, as suas rivalidades, sem qualquer tipo de restrição. Lagarde não hesita em criticar abertamente os marechais e generais franceses, apontando debilidades, incompetências e sugerindo até alternativas. Era o político que falava, acima dos militares. Parece mais um representante em missão dos tempos da Convenção, mas num contexto mais complexo, e sem os poderes discricionários que aqueles tiveram no passado. Uma vez em Espanha, Lagarde correspondia-se directamente com o ministro, sem passar pelas autoridades francesas locais, nem sequer pelo governo do rei José.

Enquanto viajava para Espanha, Lagarde enviou um primeiro e longo documento de Bordéus, datado de 13 de Abril de 1809[23], totalmente dedicado a Portugal, utilizando para

o escrever tanto a sua experiência e conhecimentos anteriores, quer uma entrevista com um criado galego do bispo de Coimbra, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, que integrara a delegação de notáveis que se deslocou a Baiona para se entrevistar com Napoleão. Esse criado regressara a Portugal, tendo conseguido chegar a Lisboa, onde esteve durante cinco dias. Depois de alguns incidentes voltou para junto do bispo, com notícias frescas. Esteve em Coimbra e descreveu a Lagarde o ambiente que ali se vivia: «Embora os estudantes da Universidade se tenham dispersado na sua maior parte, um certo número de entre eles fazem o serviço militar à frente de burgueses e de camponeses sem uniforme. A populaça está, como nos campos e noutras cidades, em efervescente violência de ódio contra os franceses, armados com longos piques, mas com poucas espingardas, seis em cada sete com lanças. Os monges ainda incendeiam os espíritos, O clero secular é mais reservado». O criado do bispo de Coimbra viu o vice-reitor, «eclesiástico, ambicioso mas tímido, que se deixou proclamar no ano passado, chefe da insurreição e depois dela governador da cidade». Lagarde sugeria que lhe fosse aplicada uma punição exemplar, bem como aos principais chefes rebeldes que nomeava: os bispos do Porto, de Faro e da Guarda, o arcebispo de Braga, Bernardino Freire de Andrade, o Monteiro-mor e o corregedor de Beja.

Os franceses procederam, em 1807 - 1808, ao desarmamento quase completo do país, mas os ingleses introduziram depois grandes quantidades de armas. Lagarde apreciava detalhadamente alguns protagonistas. O bispo do Porto, D. António de S. José de Castro, bastardo da família dos Castros, irmão do Principal Castro, filho legitimo do mesmo pai, «que serviu bem os franceses até ao último momento na qualidade de director do Culto. Por isso foi excluído pelos ingleses da Regência». O general Bernardim Freire de Andrade «desenvolveu alguns talentos militares nos graus secundários antes de ter sido levado pelas circunstâncias à cabeça dos rebeldes». Gomes Freire de Andrade, «empregado hoje no serviço de Vossa Majestade, militar bem mais capaz, tendo uma grande reputação em Portugal, mas homem equivoco, cheio de ambição e desesperado por não estar em Portugal para ali desempenhar um papel, nem que fosse contra nós. É de afastar do seu país e de vigiar por onde quer esteja com tropas». Quanto ao marquês de Alorna: «não merece, em minha opinião, inteira confiança de Vossa Majestade e será mais prudente não o reenviar, presentemente, a Portugal. Ele é ali considerado e pode ter uma grande influência se for acarinhado pelas paixões dominantes. Mas terá ele a força para lutar francamente contra elas, e de sacrificar a sua popularidade ao serviço de Vossa Majestade?». D. Lourenço de Lima era «desprestigiado em Portugal» e o conde de Ega desconsiderado por si e por sua mulher. Em sua opinião, seria perigoso deixar regressar o marquês de Abrantes, não por ele, que considerava medíocre, mas por estar ligado à família real e poder ser utilizado pelos inimigos dos franceses. O Inquisidor-geral faria tudo o que os franceses quiserem e o seu desejo era ser patriarca. As notícias que circulavam em Paris sobre a próxima chegada a Lisboa de um governador-geral ou um vice-rei enviado do Brasil eram falsas, nomeadamente sobre essa autoridade ser D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que Lagarde considerava um homem, «colérico e violento e capaz de imprimir ao país um forte impulso». É um relatório notável, pleno de argúcia e de pragmatismo, em que o seu autor não se limita a enumerar informações, fazendo sugestões e críticas.

No seu caminho rumo a Madrid, Lagarde estava em Valladolid a 4 de Maio, e chegou à capital espanhola no dia 13 do mesmo mês. Ficou então à espera de notícias de Portugal, em especial da prevista chagada de Soult a Lisboa, para atravessar a fronteira e reocupar o seu antigo cargo. Mas a situação evoluiu num sentido oposto. A contra-ofensiva anglo-portuguesa sobre o Porto teve os seus frutos. Soult decidiu abandonar a cidade e concentrou o exército em Baltar preparando-se para marchar para Amarante. Loison, depois de ter tomado a ponte daquela localidade dirigiu-se no dia 8 de Maio para a Régua e Vila Real. Naquele mesmo dia, Beresford, com a sua coluna, chegou a Lamego e ordenou ao general Bacelar que fosse com 2.400 homens atravessar o rio Douro para defender a Régua conjuntamente com Silveira. Ocorreram diversos pequenos combates, os mais significativos dos quais em Padrões de Teixeira[24] e Ovelha do Marão. Tendo conhecimento dos movimentos de tropas em sua direcção, Loison retirou para Amarante e depois para Guimarães. Quando Soult recebeu finalmente notícias do seu general, compreendeu que se encontrava numa situação difícil. Tinha o caminho fechado a Leste, não podia enfrentar Beresford, porque Wellesley estava em sua perseguição, e corria o risco de ver o seu exército cercado e aniquilado. Optou então por encontrar um caminho, pelas montanhas, que o levasse a Guimarães, onde se reuniu com o corpo de Loison e com outros destacamentos dispersos, ascendendo os seus efectivos a 20.000 homens. Soult mandou destruir a artilharia de Loison, para se encaminhar pelas serras que separam o Ave do Cávado, em caminhos difíceis e debaixo de chuva. Ao chegar a Póvoa do Lanhoso, Soult fez reconhecer o caminho para Braga para averiguar se a cidade estava livre de inimigos. Uma força comandada pelo general Lahoussaye encontrou, no dia 15, alguns dragões ingleses de um destacamento que Wellesley tinha enviado em marchas forçadas em direcção àquela cidade. Soult inflectiu então pelo vale do Cávado para Salamonde, sempre sob pressão do inimigo. Surgiu então um obstáculo, a ponte de Ruivães, que tinha sido destruída e era defendida por ordenanças. Mas um grupo de franceses conseguiu atravessar o rio surpreendendo as ordenanças a dormir. A ponte foi reparada para que o exército atravessasse, com a protecção de um forte destacamento na retaguarda. Soult teve que optar entre dois caminhos possíveis: o de Ruivães a Chaves ou o de Montalegre pela ribeira de Misarela, acabando por escolher o segundo. Beresford, sabendo que Loison deixara Amarante, em lugar de o perseguir dirigiu-se em marchas forçadas para Chaves, destacando o general Silveira para Ruivães e Salamonde. No dia 16, a coluna de Beresford entrava em Chaves, enquanto Silveira chegava a Ruivães na noite do dia 17, quando os franceses já por ali tinham passado. Soult prosseguiu em direcção a Montalegre mas, ao chegar à ribeira de Misarela, encontrou a ponte defendida por ordenanças, que não a tinham destruído como lhes fora ordenado. Um ataque francês afugentou os defensores, mas a passagem era estreita e o exército só muito lentamente passou, sob intensos ataques ingleses que causaram muitas baixas. De Montalegre, Soult alcançou Santiago de Rubios, Alariz e Orense, onde restabeleceu as comunicações com Ney. Cortados de Castela e de Madrid pelas tropas de La Romana, em princípios de Junho evacuaram a Galiza, dirigindo-se Ney, com o 6º Corpo para Salamanca, e Soult, com o que restava do 2.º Corpo para Castela-a-Velha ao encontro do rei José. Terminava, com esta retirada, a segunda invasão de Portugal.

Pierre Lagarde permanecia em Espanha à espera que se criassem condições para o

regresso a Portugal, mas não ficou inactivo. Os seus relatórios desta época só marginalmente referem o nosso país, mas a sua nomeação continuava de pé e apenas esperava melhor oportunidade para reocupar o seu posto. Vitorioso depois da terceira campanha contra a Áustria, Napoleão decidiu-se por uma nova ofensiva contra Portugal, confiando tal tarefa a um dos seus melhores chefes militares, o marechal André Massena, duque de Rivoli e príncipe de Essling. Nomeado por decreto imperial de 17 de Abril de 1810, Massena assumiu o comando de um exército de 86.000 homens, constituído pelo 2º corpo, comandado pelo general Reynier, que estava na Extremadura espanhola em apoio de Soult e tentava conquistar Cádis; pelo 6º corpo, de Ney, em Salamanca desde Abril, posicionando-se depois em Ciudad Rodrigo; pelo 8º corpo, comandado por Junot, em Valladolid, na retaguarda de Ney. As divisões independentes dos generais Bonnet, Kellermann e Dorsenne constituíam a reserva geral. Soult deveria tomar Badajoz e Elvas com 30.000 homens, avançando depois pelo Alentejo em direcção a Lisboa. O general Drouet d'Erlon tinha como missão assegurar as comunicações entre Massena e as forças francesas em Espanha, distribuindo os seus 17.000 homens numa linha que ia de Bayona a Burgos, Valladolid, Salamanca, Ciudad Rodrigo até Almeida. O ataque principal caberia assim a Massena, pela Beira Alta, secundado por Soult no Alentejo. Massena devia neutralizar Ciudad Rodrigo e Almeida, praças que defendiam a fronteira, e marchar depois pelo vale do Mondego, sobre Lisboa. Soult, com um corpo de exército, devia invadir o Alentejo, destruir as quatro brigadas inglesas e portuguesas comandadas por Hill, e ameaçar Lisboa pela margem sul do Tejo. Napoleão, conhecendo as enormes dificuldades de uma ofensiva no Verão, com as elevadas temperaturas peninsulares, ordenou que as operações começassem só no fim daquela estação, o que permitiu a Wellington avançar na construção das linhas de Torres Vedras. Em fins de Julho, Massena abriu a campanha com 60.000 homens, marchando sobre Ciudad Rodrigo.

A partir de Madrid, Lagarde fazia eco, nos seus despachos, dos acontecimentos na fronteira portuguesa, nomeadamente o cerco e a rendição de Ciudad Rodrigo a 11 de Julho. Decidiu então reunir-se a Massena. Deixou Madrid num comboio que saiu a 17 de Julho, chegando a Valladolid a 24, numa marcha lenta, reveladora dos perigos sempre presentes e que o Intendente não deixava de comentar na sua correspondência. Comprovava, desse modo, que a Espanha era um lugar muito perigoso para os franceses. A 29 de Julho[25] anunciava que se ia reunir com Massena mas não sabia como chegar a Portugal, dado as estradas estarem em péssimo estado, o que impossibilitava viajar de carruagem, e o mal de que padecia nas pernas impedia-o de montar a cavalo. A 5 de Agosto, reflectia em Salamanca sobre as notícias que chegavam de Portugal, nomeadamente as alegadas dificuldade que Massena tinha em se fazer obedecer[26]. No despacho de 7 de Agosto[27], também datado de Salamanca, Lagarde fazia considerações muito interessantes sobre a sua futura missão, sublinhando ser fundamental que conservasse o título de Intendente-geral da Polícia de Portugal, elogiando até a criação do cargo pelo marquês de Pombal. Juntava uma tradução do decreto que instituiu a Intendência Geral da Polícia, referindo que quem desempenhava o cargo naquele momento era Lucas de Seabra da Silva, que já o ocupara antes de si, e que agora ocorreria uma nova substituição. Em Ciudad Rodrigo - «alojado no meio de ruínas»[28] - Lagarde avistou-se finalmente com Massena, que não conhecia pessoalmente. Num

informe de 14 de Agosto[29], manifestava concordância com as ideias do príncipe de Essling quanto aos preparativos da invasão de Portugal. Dada a penúria de cereais existente naquele país, considerava que era necessário reunir subsistências que fossem suficientes para de um mês a seis semanas, em biscoito, arroz e outros mantimentos transportáveis, e avançar rapidamente, depois de tomada Almeida, em direcção a Lisboa, para obrigar os ingleses a embarcar por receio de serem isolados, evitando assim que o país fosse assolado e pilhado. Lagarde temia que, se ocorressem em Portugal as habituais pilhagens e roubos praticados pelos militares franceses, desde o soldado até ao oficial, o país se sublevaria contra os invasores, como sucedia em Espanha. E criticava duramente a ganância e a falta de disciplina dos soldados seus compatriotas: «o incêndio e a pilhagem converteram-se em doutrina. Proclama-se como um dever, não o vencer para a glória do seu soberano, mas tudo exterminar, tudo destruir ou, pelo menos, tudo roubar»[30]. Massena tinha, de facto, dificuldades em se fazer obedecer, uma vez que os três corpos de exército que compunham a sua força - o 3º, o 6º e o 8º - possuíam os seus próprios comandantes, de forma que, na prática, Massena não comandava directamente qualquer contingente. Os 6º e o 8ºcorpos até se tinham entendido para entrarem em Portugal, sem necessidade de aguardar as ordens do comandante em chefe! Outro sintoma preocupante: Massena confiou a Alorna a missão de ir a Pinhel para testar a sua influência na região, mas Ney recuou-se a deixá-lo passar. Junot, por seu lado, não estava satisfeito por ser o número três naquela expedição, quando tinha comandado a I Invasão a Portugal. Enquanto Massena lançava uma proclamação aos portugueses, moderada, conciliatória e prometendo que não haveria violências, alguns destacamentos do 6º Corpo, que penetraram em Portugal, pilharam e mataram tudo o que encontraram, incendiando as povoações fronteiriças depois de terem levado todo o mobiliário para vender. Facilitaram, segundo Lagarde, os objectivos dos ingleses que era generalizar o levantamento dos portugueses contra a França. Uma forma de controlar a situação e acalmar os portugueses seria a divulgação, pelo Imperador, da forma de governo a aplicar a Portugal, garantindo que jamais seria incorporado na Espanha, como corria.

Para Lagarde, atingir Lisboa não era, apesar de tudo, um objectivo problemático. Muito mais complexo seria abastecer as tropas francesas em Portugal. Comparando a situação de 1810 com a de 1808, que ele bem conhecera, os problemas eram maiores: «há dois anos, no mês de Abril, vivíamos em Lisboa com os cereais vindos de Cádis pelo Guadiana até Mourão. Esses cereais não eram comprados em Espanha mas na costa de África por Mr. Le Roi, cônsul geral de França. Como o poderemos suprir, se Cádis, Badajoz, Elvas e o curso do Guadiana não estão em nosso poder? Naquele tempo, entrámos em Portugal sem qualquer resistência, sem as devastações que a guerra arrasta inevitavelmente. Naquele tempo, a cavalaria inglesa não tinha, como neste ano, ceifado muitos cereais para alimentar os cavalos e, mais ainda, para nos provocar fome. Então, a baía de Lisboa estava fechada pelos fortes que os ingleses terão provavelmente destruído ou pelo menos danificado. O Bugio, no meio do rio; o forte de São Julião que bate a embocadura e o forte de Belém que defende o porto. Então, tínhamos na baía, como auxiliares, oito navios de linha russos, três navios de linha portugueses com quatro e cinco fragatas ou corvetas, capazes de impedir que a esquadra do almirante Cotton franqueasse o passo e viesse bombardear a cidade. Esses poderosos recursos já não existem... Os ingleses terão

mesmo levado os navios. Tais são os obstáculos e perigos!»[31]

A 15 de Agosto celebrou-se no campo francês a festa de São Napoleão. Em Almeida, Lagarde informava que «domina a mais vil populaça e o espírito verdadeiramente inglês impera, é que a 15 de Agosto queimaram, nas muralhas, um manequim destinado a insultar a festa do maior dos monarcas»[32]. A 16 de Agosto, ainda em Ciudad Rodrigo, Lagarde informava que os ingleses haviam recuado e até se levantava a possibilidade de embarcarem na Figueira com destino à sua pátria. Mas nas fileiras imperiais continuava o desânimo motivado pelo atraso no pagamento dos soldos, provocando muitas deserções, com destaque para o 8º corpo e entre as tropas estrangeiras, em especial prussianas. Na divisão de Claudel desertaram mesmo 36 franceses. As tropas da Confederação do Reno mereciam a maior atenção «porque são elas que como alvo de seduções, de promessas falaciosas do inimigo e com o fito do lucro, vão engrossar e estimular os bandos rebeldes»[33]. A esse facto não devia ser alheia a presença, no exército de Welligton de tropas alemãs de Hannover, integradas na King's German Legion. A 28 de Agosto[35] Lagarde informava que Almeida se tinha rendido. Foram feitos 3.100 prisioneiros e os ingleses divulgaram proclamações aos portugueses ordenando, sob penas severas, que queimassem tudo o que pudesse servir aos invasores e retirassem com animais e bens, de modo a deixar apenas um deserto atrás de si. Um novo relatório datado de Ciudad Rodrigo, a 12 de Setembro[35], dava conta das deserções de portugueses prisioneiros em Almeida e que se tinham comprometido a servir os franceses. Apenas 900 homens de tropa de linha se conservavam junto do forte de La Concepción, e 60 cavaleiros tinham desaparecido, deixando os seus cavalos. Massena ordenou que fossem conduzidos para França.

Finalmente, Lagarde entrou em Portugal. Numa longa carta datada de Alenquer, datada de 27 de Outubro[36], o Intendente descrevia o que sucedera em território português, nomeadamente a batalha do Bussaco, a relutância de Ney em obedecer a Massena, a surpresa constituída pelas Linhas e Torres. Estas estariam defendidas, segundo informações por ele recolhidas, por 70.000 homens, contra 36.0000 franceses, o que impossibilitava qualquer veleidade ofensiva. Por outro lado, a falta de abastecimentos era terrível e impossível cobrar qualquer contribuição porque as povoações estavam desertas. As dívidas aos soldados subiam a 8 milhões. Os 15 mil pares de botas de reserva foram todos distribuídos em quatro dias, o mesmo sucedendo com o fardamento. A cavalaria, quando chegou a Alenquer, estava em mísero estado e não havia ferreiros nem material para ferrar os cavalos. Junto a Santarém, uma cidade muito comercial, os franceses construíram uma ponte, mas tiveram de fabricar todas as ferramentas, mesmo machados, serras, martelos e enxadas. Nem sequer havia madeira, pelo que tiveram que utilizar as vigas dos telhados das casas. Os moinhos de vento tinham sido destruídos e as mós partidas. Os franceses tentaram fabricar pólvora naquela cidade ribatejana, mas faltavam matérias-primas. Os militares portugueses que acompanhavam o exército francês revelaram-se totalmente inúteis. Não conheciam o terreno e não tinham qualquer influência local, Nem sequer o marquês de Alorna, que «não atraiu a si nem um só português»[37]. Lagarde congratulava-se por não terem sido utilizadas no nosso país as tropas da Legião Portuguesa: «teria sido uma infelicidade que as tropas portuguesas que

estão em França fossem enviadas para Portugal. Desertariam todas à sua entrada no território e iriam engrossar os bandos dos nossos inimigos»[38]. Vaticinava que a guerra em Portugal, a prolongar-se para o ano seguinte, seria ainda mais difícil porque os recursos de todo o tipo iriam diminuir, enquanto as tropas portuguesas ficariam cada vez mais aguerridas e as linhas de defesa de Lisboa mais fortificadas porque se trabalhava nelas continuamente. Nas fortificações de Almada trabalhariam uns 8.000 camponeses. Também informava que o general Foy, que fora ferido no Buçaco, estava a caminho de França e era o oficial general do exército mais capacitado para fazer um relato imparcial e rigoroso ao Imperador do estado verdadeiro em Portugal, que ele percorreu em todos os sentidos.

Entretanto, Massena recebeu alguns reforços. O 9º corpo do general Drouet deixou Almeida a 14 de Dezembro, com duas divisões, uma comandada pelo general Conroux e outra pelo general Claparède. Esta última marchou por Trancoso, sempre flagelada pelas milícias do general Silveira, sendo obrigada a travar combates vitoriosos com elas na Ponte do Abade e em Vila da Ponte. A derrota de Silveira semeou o pânico no Porto, para onde se pensava que os franceses se dirigiriam, pelo que o General Bacelar concentrou em Castro Daire todas as milícias disponíveis em número de 14.000. Este movimento obrigou Claparède a regressar a Trancoso e depois entrou na Guarda para assegurar as comunicações com Almeida. A outra divisão, na qual seguia o próprio Drouet, foi por Celorico, passou o Mondego e dirigiu-se para Moita e Espinhal, entrando em Leiria com 8.000 homens. Era um pequeno reforço que em nada alterava a impossibilidade de Massena retomar a ofensiva.

Um novo relatório de Lagarde, escrito em Torres Novas, com as datas de 15 a 20 de Janeiro de 1811[39], referia a situação de impasse e os 33 dias passados diante «do campo entrincheirado que se estende desde Alhandra sobre o Tejo até Mafra sobre o oceano». Em redor, tudo foi consumido por homens e animais. Na região da Golegã, uma das mais ricas de Portugal, onde as colheitas não tinham sido destruídas, tudo se esgotou. Grupos de 200 a 300 homens deslocavam-se até Coimbra em busca de mantimentos. Vinho, carne e milho, tudo havia sido consumido. Por vezes, em localidades como Torres Novas e Tomar, alguns habitantes permaneceram, mas «eram miseráveis que não tinham nada a perder»[40]. Quando o contingente de Drouet chegou a Leiria encontrou a povoação completamente deserta. Lagarde avaliava as forças de milícias portuguesas comandadas por Silveira, Trant e Bacelar em 35.000 homens, mas reconhecia que os portugueses eram menos ferozes que os espanhóis, mas o contraste entre os dois Estados peninsulares não ficava por ali. Via, com agrado, que, contrariamente ao que sucedia no país vizinho, em que se desenvolveram partidos revolucionários, em Portugal as antigas regras eram observadas, os magistrados permaneceram nos seus postos, a regência dominava e funcionava. Considerava que o mais influente dos governantes portugueses era D. Miguel Pereira Forjaz, ao qual Wellington se dirigia com a mais elevada deferência, como se reconhecesse a sua supremacia. Curiosamente, Lagarde teve conhecimento das prisões e deportações no âmbito da Setembrizada: «Uma trintena de indivíduos, a maior parte da classe média, foram deliberadamente proscritos de Lisboa e deportados para a costa de África. Mas vendo no meio deles aquele que foi dado como

secretário de um comité que preparou a insurreição de Portugal durante a nossa primeira ocupação, é permitido que duvidemos que ele e os seus companheiros de infortúnio tenham sido suspeitos de ser do partido francês, parece mais que eles foram presos como participando em reuniões maçónicas onde tinham tido propósitos contra a regência e manifestado pontos de vista inovadores expulsar mais seguramente os franceses»[41]. Outro aspecto que o Intendente criticou era o facto de o exército francês não poder imprimir proclamações, porque o Intendente-geral Lambert não tinha levado consigo qualquer material de imprensa, possivelmente pensando recorrer à que existia em Portugal. Mas todas as tipografias de Coimbra foram destruídas e os tipos dispersos, pelo que não puderam ser utilizadas. Em contrapartida, a propaganda anti-francesa era extremamente activa: «as igrejas e os púlpitos retumbam contra nós. Os libelos de todos os géneros correm nas províncias. As mais infames blasfémias são repetidas, sem cessar, contra o nome sagrado do Imperador, contra a sua glória e contra os projectos sobre a Península Ibérica, que se supõe, passar pela redução dos seus habitantes à servidão, a sua deportação para o Norte e até o seu completo extermínio»[42]. Essa propaganda revelava-se tão eficaz que «a animosidade secular entre espanhóis e portugueses foi suspensa, ao ponto de os vermos socorrer uns aos outros, à voz de comando dos ingleses, como se se tratasse de repelir pelos seus esforços comuns um jogo insuportável ou um decreto de morte»[43]. Qualquer um que fosse suspeito de ter ajudado os franceses era de imediato justiçado. Daí a enorme dificuldade em recolher informações: «Nem um guia, nem um espião! Todo o tipo e comunicação está interrompido com os pontos que estão em nosso poder. Os portugueses não deixam chegar junto de si quaisquer indivíduos sob que pretexto seja. A partir do momento em que alguém se aproximou de nós, é como se fosse um pestífero aos seus olhos»[44]. Todos os portugueses enviados de França e de Espanha para recolherem informações nem sequer foram recebidos pelos familiares e pelos antigos amigos! Lagarde salientava que até os árabes seriam considerados em Portugal menos estrangeiros que eles! E levantava de novo a questão dos portugueses que colaboraram com os franceses. De todos eles, Lagarde apenas valoriza Manuel Inácio Martins Pamplona que, «não pretende outra coisa senão servir Sua Majestade com boa fé e zelo»[45].

Segue-se uma nova missiva de 20 de Janeiro[46], de Torres Novas, onde dava conta do ferimento sofrido por Junot em Rio Maior.

Entretanto, Massena perdia a esperança de receber novos reforços. Pelo contrário, foi Wellington quem recebeu, a 4 de Março, um contingente de 4 000 homens recém-chegados de Inglaterra. Os franceses iniciaram a retirada nesse mesmo dia. Ney dirigiu-se com o seu corpo de exército para Leiria a reunir-se a Drouet, constituindo os dois a protecção da retaguarda. O resto do exército encaminhou-se para Tomar, ficando duas divisões a guarnecer os postos avançados de forma a iludir o inimigo.

No mesmo dia 4 de Março de 1811, Lagarde enviava uma nova e longa carta datada de Torres Novas[47], onde resumia as ocorrências de mais de um mês, completando a informação sobre o ferimento de Junot, que não era tão grave como inicialmente se pensava, o regresso do general Foy, a deslocação do conde d'Erlon de Leiria ao quartel-

general, descrevendo ainda o conselho de generais de 18 de Fevereiro. No final, Lagarde dava uma série de informações pontuais recolhidas a prisioneiros, desertores e camponeses que foram interrogados. Numa pequena nota, datada de 6, Lagarde anunciava que o exército se pusera em marcha e que o quartel-general partira por Chão de Maçãs, entre Ourém e Leiria.

Durante várias semanas, as posições francesas permaneceram inalteráveis numa linha que ia de Santarém a Pernes, Torres Novas, Golegã, Tomar, Ourém, Leiria até Pombal. No dia 5 de Março, essas duas divisões reuniram-se às restantes forças. O 6º corpo iria até Leiria para cobrir a marcha do exército de acordo com o 9º corpo. A 6, quando os aliados se aperceberam da retirada, já os franceses tinham uma razoável dianteira, concentrando-se no dia seguinte em Tomar. Wellington iniciou então a perseguição a Massena. No dia 11, em Pombal, deu-se um combate contra a retaguarda do corpo do marechal Ney, que resistiu bem durante algumas horas, retirando-se à noite e reunindo-se com o grosso do exército.

Dois dias depois, quando os franceses foram obrigados a parar em Redinha, para organizarem as bagagens e a artilharia que dificultavam a marcha, ocorreu outro combate, e de novo houve recontros em Condeixa (dia 13) Casal Novo (dia 14), Foz do Arouce (15) e ponte de Murcela (18), todos brilhantemente travados por Ney. Mas a hipótese de avançar para Coimbra e depois para o Porto, aguardando uma incerta ajuda de Bessières teve que ser abandonada. Foi também inviabilizada uma retirada tranquila pelo vale do Mondego, rumo a Espanha, onde contava refazer-se e recomeçar a campanha de Portugal. Os franceses chegaram a Celorico a 21 de Março e depois à Guarda, seguindo pelas linhas que estavam guarnecidas até à fronteira. As divergências entre Massena e Ney levaram à destituição deste último do comando do 6º corpo, sendo substituído por Loison. Deixando a Guarda a 29, Massena retirou para Sabugal colocando-se a leste do rio Côa, e Wellington preparou-se para o atacar, mas a posição ocupada pelo 6º corpo, protegida pelo rio, era muito favorável, tendo o marechal inglês decidido atacar pelo sul, mas tarde demais.

No dia 2 de Abril Lagarde escrevia uma nova carta datada de Alfaiates[48], na qual afirmava ser «impossível procurar nestas paragens, como o príncipe pretendia, qualquer meio de subsistência»[49].

No dia 3 ainda ocorreu um combate em Sabugal. Os aliados passaram o rio Côa em diversos vaus, lutando dentro de água e no meio de espessa neblina. O exército francês regressou a Espanha a 4 de Abril, terminando dessa forma a terceira invasão francesa a Portugal.

Lagarde estava em Salamanca no dia 13 e a 27 de Maio em Vitória, regressando de imediato a França. Terminou dessa forma a sua missão na Península Ibérica, com uma permanência de vários anos. Em Paris aguardou uma nova colocação, que não tardou a surgir: substituiu François Dubois no cargo de director-geral da polícia de Florença, sendo a nomeação feita a 2 de Agosto de 1811. Recebeu ordem a 2 de Setembro para

ocupar o seu posto, chegando a Florença a 17 de Outubro. Começava uma nova etapa da sua carreira, bem mais tranquila do que a que tivera na Península Ibérica. Em Fevereiro de 1814, perante a ameaça de invasão da Toscana pelas forças anti-napoleónicas, Lagarde deixou Florença a 3 de Fevereiro; a 4 estava em Pisa, de onde partiu para Génova. A derrocada do Império Napoleónico arrastou os seus mais fiéis servidores; mas, em tempo de mudança, também mudavam as vontades e as convicções perdiam consistência. No novo quadro da Restauração, Lagarde foi ajudado por antigas amizades agora de grande utilidade, como Oudinot e Dessolle. Conhecera este último em Espanha - agora comandante da Guarda Nacional e ministro e Estado de Luís XVIII. Ambos irão interceder a seu favor, acabando por ser nomeado para a direcção-geral de Polícia do reino, à frente da qual esteve André de Bellevue. Mas o regresso de Napoleão da ilha de Elba e o breve império dos 100 dias irão de novo provocar uma alteração na vida de Lagarde. A 25 de Fevereiro de 1815 escreveu a Napoleão oferecendo-lhe a sua fidelidade e solicitando a nomeação para uma prefeitura. Por decreto imperial de 6 de Abril, Pierre Lagarde era nomeado prefeito do Sarthe, tomando posse a 10 de Abril. Foram uns breves três meses de poder, interrompidos pelo desenlace de Waterloo e o regresso de Luís XVIII. Fouché era, pela quarta vez, ministro da Polícia. De novo com a protecção de Dessolle, Lagarde foi nomeado secretário da presidência do conselho de ministros. Era um sobrevivente, com uma enorme capacidade de adaptação. Quando Carlos X foi derrubado, em 1830, novas perspectivas se abriram ao antigo Intendente Geral da Polícia de Portugal A 20 de Agosto de 1830 era nomeado conselheiro de Estado e membro do Comité de Interior e do Comércio, mantendo-se em funções até 1838. Morreu em Paris, a 24 de Março de 1848, pouco tempo depois da revolução de Fevereiro, que proclamou a II República Francesa.

Ao longo da sua vida, Lagarde revelou-se um funcionário diligente, preocupado em caracterizar de uma forma isenta a situação das regiões onde actuou. Foi assim na Península Ibérica em geral e em Portugal em particular. Os seus relatórios sobre o nosso país traduzem um profundo conhecimento directo da realidade portuguesa, complementado por informações recolhidas de diversas formas. São documentos preciosos e invulgarmente isentos, que contribuem para um melhor conhecimento dessa época de charneira que merece ser estudada a partir de novas perspectivas.

* Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa. Académico de Número da Academia Portuguesa da História.

1 *Correspondance Militaire de Napoléon* Ier, Paris, Librairie Plon, tomo 5º, 1893, p. 121.

2 *Colecção dos Decretos, Avisos, Ordens, Editais etc. etc. que foram impressos e expedidos a diversas repartições do Reino de Portugal desde 20 de Outubro de 1807 até 16 de Agosto de 1808 em que existiu o Governo intruso dos Franceses*, Lisboa, na Impressão Régia, 1808, s/ n/. Existe outra edição: *Colecção dos decretos, editais, &c. &c. &c*. Lisboa, Tipografia Rolandiana, 1808. Sem numeração.

3 Jean des Pins, *Sentiment et Diplomatie au début du XIXe Siècle*, Paris, Fundação

Calouste Gulbenkian, 1984, p. 56 nota 157.

4 *Lettres inédites de Napoléon Ier,* Collationnées sur les textes et publiés par Léonce de Brotonne, Paris, H. Campion, 1898.

5 António Ferrão, *A I Invasão francesa: A Invasão de Junot vista através dos Documentos da Intendência Geral da Polícia 1807 - 1808. Estudo político - social*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, p. 301 nota 1.

6 Veja-se de Georges Six, *Dictionnaire Biographique des Généraux & Amiraux Français de la Révolution et de L'Empire,* Paris, Librairie Historique et Nobiliaire Georges Saffroy, Editeur, 1934, Tomo II, p. 33.

7 R. Francisque-Michel, *Les Portugais en France les Français en Portugal*, Paris, Guillard, Aillaud & Cie, Éditeurs, 1882, p. 209 e 210.

8 *Mémoires de Joseph Fouché Duc d'Otrante Ministre de la Police Génèrale*, Paris, Le Rouge, Libraire, I Parte, 1824, pp. 131 e 139; Ii Parte, 1824, pp. 360 e 361.

9 Ferdinand Boyer, «Pierre Lagarde, Policier de Napoleón à Venise en 1806», in *Ressegna storica del Risorgimento*, fascículo 1, Janeiro - Março de 1957, pp. 88 a 95.

10 Chateaubriand, *Mémoirs D'Autre-Tombe*, Paris, Jean Bonnet, Volume VI, 1968, p. 171.

11 *Colecção dos Decretos, Avisos, Ordens, Editais etc. etc,* citado.

12 Idem.

13 José Acúrcio das Neves*, História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Lisboa, Edições Afrontamento, Volume I, s.d. p. 407.

14 Idem, p. 406.

15 Veja-se J. Bettencourt Ferreira, «O Museu da Ajuda e a Invasão Francesa», in *Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa,* Volume V, pp. 376 a 380; Pedro de Azevedo, Geoffroy Saint-Hillaire em Lisboa, *Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa,* Volume XIV, pp. 93 a 121.

16 António Ferrão, op. cit., pp. 303 e 304 nota 1.

17 Barão Thiébault, *Relation de l'Expédition du Portugal faite en 1807 et 1808 par le 1e Corps d'Obervation de la Gironde devenue Armée de Portugal*, Paris, Magimel, Anselini et Pochard, 1817, pp. 266 a 270.

18 José Daniel Rodrigues da Costa, *Protecção à Francesa*, Lisboa, 1808, pp. 12 e 13.

19 *Diálogo entre as principais Personagens francesas no Banquete a bordo da Amável por Junot, no dia 27 de Setembro de 1808* (…) escrito por L. S. O. Português [Luís de Sequeira Oliva Sousa Cabral], Lisboa, Tipografia Lacerdiana, 1808, p. 7 nota 2.

20 Xavier Ferreira Taborda, *Epístola às senhoras Portuguesas na Ocasião de irem para a Guerra os Regimentos de Portugal no princípio do ano de 1809*, Lisboa, Na Impressão Régia, 1809, p. 5.

21 Ernest d'Hauterive, *La Police Secrète du Premier Empire. Bulletins quotidians adressés par Fouché a l'Empereur Nouvelle série 1808 - 1809,* Paris, Clavreuil, 1963, p. 460.

22 Nicole Gotteri, *La Mission de Lagarde Policier de L'Empereur pendant la Guerre D'Espagne (1809 - 1811),* Paris, Éditions Publusud, 1991, 421 p.

23 Nicole Gotteri, op. cit. Pp. 89 a 96.

24 Pedro Manuel Tavares, *Acção dos Padrões de Teixeira em 1808*, Elvas, Tipografia de Samuel, 1892.

25 Nicole Gotteri, op. cit. P. 269.

26 Idem, pp. 273 a 276.

27 Idem, pp. 277 a 279.
28 Idem, p. 280.
29 Idem, pp. 280 a 286.
30 Idem, p. 283.
31 Idem, pp. 285 e 286.
32 Idem, p. 287.
33 Idem, p. 288.
34 Idem, pp. 292 a 294.
35 Idem, pp. 295 a 298.
36 Idem, pp. 298 a 308.
37 Idem, p. 305.
38 Idem, pp. 305 e 306.
39 Idem, pp. 309 a 322.
40 Idem, p. 309.
41 Idem, p. 316.
42 Idem, p. 317.
43 Idem, Ibidem.
44 Idem, p. 318.
45 Idem, pp. 318 e 319.
46 Idem, pp. 323 a 325.
47 Idem, pp. 325 a 340.
48 Idem, pp. 341 e 342.
49 Idem, p. 342.